



11º Encontro Internacional de Política Social¹ 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

A precarização híbrida do trabalho docente

Clarice de Freitas Silva Avila¹

Resumo: O presente artigo analisa a precarização do trabalho docente no contexto do capitalismo contemporâneo, compreendendo-a como uma precarização híbrida, constituída pela articulação entre dimensões clássicas, subjetivas e de gênero. Parte-se da compreensão de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho contribuíram com o surgimento de novos processos de exploração da classe trabalhadora, atingindo o campo educacional. O estudo discute o processo histórico da precarização do trabalho, os impactos da Reforma Trabalhista sobre as relações laborais e os desdobramentos sobre o trabalho docente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental que revela que o trabalho docente sintetiza tendências contemporâneas da precarização.

Palavras-chave: precarização híbrida; trabalho docente; neoliberalismo; feminização do magistério; capitalismo contemporâneo.

The hybrid precarization of teaching work

Abstract: This article analyzes the precariousness of teaching work in the context of contemporary capitalism, understanding it as a hybrid precarization, constituted by the articulation between classic dimensions of precarization in the world of work, subjective dimensions, and gender dimensions. It starts from the understanding that the transformations that have occurred in the world of work have intensified new processes of exploitation of the working class, reaching the educational field. The study discusses the historical process of the precarization of work, the impacts of the Labor Reform on labor relations, and its unfolding on teaching work. This is a qualitative research, of a bibliographic and documentary nature. It concludes that teaching work synthesizes contemporary trends of precarization.

Keywords: hybrid precarization; teaching work; neoliberalism; feminization of teaching; contemporary capitalism.

Introdução

A intensificação das transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir do avanço das políticas neoliberais e da flexibilização das relações trabalhistas, tem produzido profundas alterações nas formas de organização, controle e exploração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, a precarização do trabalho assume novas configurações, ultrapassando a dimensão estritamente econômica e contratual e alcançando aspectos subjetivos, emocionais e identitários dos/as trabalhadores/as. Entre as categorias profissionais atingidas por esse processo, destaca-

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora da Rede Pública Municipal de Barra Mansa/RJ. E-mail: claraluz.freitasilva@gmail.com

se a do trabalhador/a docente, historicamente marcado/a pela desvalorização profissional, pela feminização da carreira e pelo agravamento das condições de trabalho nas últimas décadas.

Partindo dessa problemática, este estudo busca compreender de que maneira o trabalho docente tem incorporado formas contemporâneas de precarização que articulam perdas materiais, intensificação laboral, responsabilização individual e desgaste subjetivo, configurando na classificação atribuída nesta pesquisa como precarização híbrida do trabalho docente. O problema central consiste em analisar como as transformações do capitalismo contemporâneo, especialmente no contexto das reformas neoliberais e da flexibilização das relações de trabalho, impactam a docência e reconfiguram as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre as novas formas de precarização do trabalho, particularmente no campo educacional, considerando que a escola pública e seus/suas trabalhadores/as têm sido diretamente afetados/as por políticas de racionalização, intensificação do trabalho e desmonte das garantias sociais. Além disso, o estudo contribui para a reflexão acerca da feminização do magistério como elemento historicamente articulado à desvalorização da profissão docente, evidenciando como as relações de gênero atravessam as dinâmicas contemporâneas de exploração do trabalho.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as múltiplas dimensões da precarização do trabalho docente no capitalismo contemporâneo, compreendendo-a como uma precarização híbrida, constituída pela articulação entre mecanismos econômicos, institucionais, subjetivos e de gênero. Como objetivos específicos, busca-se: i) discutir o processo histórico de precarização do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo; ii) analisar os impactos das reformas neoliberais, em especial da Reforma Trabalhista, sobre as relações de trabalho; e iii) compreender como essas transformações atingem o trabalho docente, considerando aspectos como feminização do magistério, intensificação do trabalho, desvalorização profissional e adoecimento.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em autores/as que discutem trabalho, precarização, neoliberalismo, educação e docência. O estudo dialoga, entre outros/as, com Alves, Antunes, Enguita, Hypolito, Krein, Louro, Oliveira, Saviani, entre outros, buscando articular contribuições do campo da sociologia do trabalho e da educação para a compreensão das transformações contemporâneas do trabalho docente.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo encontra-se organizado em três seções. Na primeira, discute-se a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, abordando o avanço das políticas neoliberais e seus impactos sobre a classe trabalhadora. Na segunda seção, analisa-se a Reforma Trabalhista brasileira e seus desdobramentos na flexibilização das relações de trabalho e na ampliação das formas precárias de contratação. Por fim, a terceira seção dedica-se ao trabalho docente, discutindo as especificidades da precarização na educação, com destaque para a feminização do magistério, a intensificação do trabalho e os elementos que sustentam a noção de precarização híbrida do trabalho docente.

1. A Precarização no Capitalismo Contemporâneo

Iniciando esta seção, recorreremos a LIMA (2010), para quem o trabalho “livre”, no contexto de sociedade capitalista, trouxe o surgimento da propriedade privada. O homem não mais trabalhava para sua subsistência apenas, mas para produzir excedentes que valiam como moeda de troca, pautada pela relação de exploração entre o dono do capital e o trabalhador, sob a divisão técnica e social do trabalho. Foi uma mudança de perspectiva no mundo do trabalho, uma construção,

(...) com base em muita violência por parte do capital e por resistência dos trabalhadores, que levou o locus produtivo do espaço doméstico para a fábrica; da cooperação simples, para a manufatura, consolidando-se na grande indústria; no processo de transição do trabalho doméstico, artesanal, para o de uso de ferramentas; do trabalho integral e autônomo e de subsistência, para o trabalho fabril, fragmentado, com uso de máquinas e ferramentas, heterônomo, assalariado (LIMA, 2020, p. 6).

Complementado, PEREIRA (1965) argumenta que, além da divisão técnica do processo do trabalho, segmentou-se também o tempo, o lazer e a quantidade de consumo. A relação entre o trabalhador e o capital tornou-se dialética, pois este último

precisa da força do trabalho para continuar a crescer e o primeiro precisa do capital para sua subsistência. Contudo, além de dialógicas, as forças são também antagônicas: primeiro, porque os/as trabalhadores/as são uma classe e os capitalistas são outra; depois, porque mesmo o capital precisando da mão de obra do/a trabalhador/a, ele o/a priva de seus direitos como classe trabalhadora e o/a ameaça com a produção tecnológica, e por seu turno, o/a trabalhador/a se vê obrigado/a a trabalhar muito e ganhar pouco para não ficar desempregado/a.

Vários modelos de expropriação foram moldados, nascendo a propriedade privada moderna ligada ao capital, que permitiu o início do processo capitalista de produção (FLORESTAN, 2008). São os primeiros passos para a transformação do trabalho em mercadoria. Defensores do neoliberalismo apostam que, apesar de décadas de estagnação e concentração de riqueza levarem ao aumento da desigualdade, ao mesmo tempo têm aumentado a prosperidade em escala global, argumentando ainda que, graças aos avanços tecnológicos e aos investimentos na expansão dos livres mercados, bilhões de pessoas “sobem de classe”. Argumentos e defesas que ignoram totalmente o quesito concentração massiva de riqueza e a desigualdade, principalmente na educação, como apontamos nesse trabalho.

Com base em SOUZA (2014), compreendemos que os interesses dos centros capitalistas, controlam o mercado de trabalho brasileiro, e seu caráter oligárquico determina a característica da precarização da força de trabalho brasileira. O desmonte do trabalho estável, no Brasil, declara SOUZA (*ibidem*), não significa apenas reduzir a formalização do emprego, mas também ter um ambiente de instabilidade de carreira, insegurança quanto à ascensão social e, acima de tudo, perdas trabalhistas e afrouxamento na organização dos trabalhadores e perseguições à luta de classe. Podemos afirmar que essa relação de precarização da mão de obra do trabalhador começou com a escravidão, como parte constituinte da fase colonial escravista do capitalismo neste país. A abolição da escravidão, tardia e incompleta, deixou para o povo que se tornou “livre” a “liberdade” de se inserir em trabalhos precários e de baixa remuneração, além da ausência de direitos trabalhistas.

A partir do percurso histórico e analítico apresentado nesta seção, compreende-se que a precarização do trabalho não constitui um fenômeno recente ou circunstancial, mas uma dimensão estrutural do modo de produção capitalista, continuamente ressignificada em períodos históricos e no Brasil, esse processo se expressa de maneira ainda mais profunda em razão da formação histórica desigual do mercado de trabalho, atravessada pela herança escravocrata, pela fragilidade das políticas de proteção social e pela recorrente ofensiva sobre os direitos da classe trabalhadora.

No capitalismo contemporâneo que segue guiado pela lógica neoliberal, pela flexibilização das relações trabalhistas e pela intensificação das desigualdades sociais, a precarização assume novas configurações, combinando formas tradicionais de exploração com outros mecanismos mais sofisticados que controlam e instabilizam as relações do mundo do trabalho. No âmbito da educação, tais transformações atingem diretamente o trabalho docente, cuja precarização extrapola a dimensão salarial ou contratual, alcançando também aspectos subjetivos da profissão. A intensificação do trabalho, a responsabilização individual pelo fracasso escolar, o adoecimento mental, a desvalorização social da carreira e feminização articulam-se neste processo de exploração que redefine as condições do exercício da docência na contemporaneidade.

Dessa forma, defendemos que a precarização do trabalho docente, no contexto do capitalismo contemporâneo, deve ser compreendida para além da perda objetiva de direitos, configurando-se como uma precarização híbrida constituída pela articulação entre mecanismos materiais e subjetivos de exploração, controle e desmonte das condições de trabalho, aprofundados pela Reforma Trabalhista de 2017, que evidencia esse movimento ao institucionalizar modalidades flexíveis de contratação, enfraquecer mecanismos coletivos de organização e ampliar a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as, tema a ser aprofundado na seção seguinte.

2. A Reforma Trabalhista e a Reconfiguração do Trabalho no Brasil

Não é possível abordar uma história recente do país sem falar sobre o que aconteceu logo após o Brasil validar o impeachment da presidente Dilma Rousseff, que ocorreu durante o ano de 2016. Em conformidade com VIEIRA E ARAÚJO (2022), desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo impeachment da Presidente

Dilma Rousseff e pela gestão do governo Michel Temer, verificou-se o alinhamento de parte significativa da classe média e dos oligopólios midiáticos aos interesses das elites econômicas brasileiras. Um período marcado pela “corrosão do apoio à democracia”, alinhado ao ambiente político muito polarizado no contexto de recessão econômica, constituíram-se como oportunidades para o avanço da flexibilização das relações de trabalho, uma pauta já apresentada nos anos 90, nos governos de Collor e FHC.

CASTRO, NASCIMENTO E SANTOS (2018) também argumentam que a mídia teve um papel protagonista, tanto no impeachment da presidente Dilma, quanto no processo de aceleração da aprovação da reforma trabalhista, reforçando o discurso do governo ao apontar a necessidade do projeto como um estímulo à economia, sem uma opinião contrária sobre o assunto, criando uma falsa sensação de concordância geral sobre a proposta que, de fato, não existia.

Em conformidade com VIEIRA E ARAÚJO (2022), os interesses do empresariado foram expressos por meio da voz oficial do Estado e dos ministros do governo Temer, que colocaram como uma das pautas prioritárias do governo a alteração da legislação trabalhista. Nas mudanças, observam VIEIRA E ARAÚJO (2022), é possível notar a vocalização dos desejos do setor empresarial, contidos em uma cartilha da Confederação Nacional das Indústrias, publicada em 2012 e denominada “101 propostas para a Modernização do Trabalho”. Em 13 de julho de 2017, sob a forma de Lei Ordinária nº 13.467/17, a reforma foi sancionada. O ambiente propício para o estado de exceção demandou um silêncio por parte da classe trabalhadora, que pareceu não ter forças para lutar contra a reforma. Houve poucas manifestações das centrais sindicais nesse período, reforçam VIEIRA E ARAÚJO (*ibidem*).

Para KREIN (2018), a reforma trabalhista trouxe condições de vulnerabilidade para o trabalhador; o empregador passou a contar com um leque de contratações atípicas, temporárias e precárias; a nova legislação trabalhista reduziu custos, facilitou ao empregador demitir seus funcionários e aprofundou as possibilidades de o salário se tornar um componente variável vinculado ao desempenho da empresa, do grupo ou do indivíduo. CARVALHO JÚNIOR (2022) em sua pesquisa sobre o tema, destaca que a Reforma, além de não cumprir com nenhuma de suas premissas,

aprofundou as desigualdades entre os/as trabalhadores/as e contribuiu com a destruição das garantias e das seguranças que esses/essas tinham na CLT.

SOUTO MAIOR E SEVERO (2017) avaliam e frisam que não se trata de uma avaliação “ideológica”, mas que cumpre alertar para as contradições da Reforma Trabalhista. Esses autores são enfáticos quando afirmam que a Lei nº 13.467/17 foi “vendida” como moderna com propósito de afastar o Estado das relações de trabalho, mas o que se promove é uma intervenção direta e intensa do Estado em favor do empregador. Se retornarmos aos clássicos, como Evaristo de Moraes ou Martins Catharino, veremos, segundo SEVERO E MAIOR (2017), que a existência do Direito do Trabalho é explicada a partir de um princípio norteador: a necessidade histórica (econômica, social, fisiológica e inclusive filosófica) de proteger o ser humano, que, para sobreviver na sociedade do capital, precisa “vender” sua força de trabalho. Por isso a necessidade de leis para a proteção de quem trabalha e a sua relação com o capital.

KREIN, OLIVEIRA E FIGUEIRAS (2019) já discutiam, à época, a realidade da reforma sobre a vida do trabalhador, apontando, em seus estudos, a tendência de geração de postos de trabalho precário. Hoje observamos o aumento do número de trabalhadores/as “uberizados/as” e precarizados/as e muitos/as deles/as, sem a consciência de classe, submetidos/as a uma lógica segundo a qual passam a acreditar que garantir o seu posto de trabalho e “ser dono/a do próprio negócio” é mais vantajoso do que se organizar e lutar por direitos coletivos.

Nesse contexto, a precarização assume contornos cada vez mais complexos, articulando insegurança material, intensificação do trabalho, flexibilização de direitos e captura subjetiva de direitos dos/as trabalhadores/as. Essas transformações atingem de maneira significativa o trabalho docente, que passa a incorporar formas híbridas de precarização, tema que será aprofundado nesta última seção na qual dedicamos uma análise mais profunda sobre este conceito.

3. O Trabalho Docente como Expressão da Precarização Híbrida

Ao longo da história do Brasil, diversas reformas educacionais foram responsáveis por mudanças no sistema, refletindo as necessidades políticas, econômicas e sociais de cada período. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, a educação

brasileira passou por transformações profundas, sendo impactada por diferentes regimes e demandas da sociedade, o que tornou a docência, um caso exemplar de precarização historicamente construída e aprofundada pelo neoliberalismo.

Parafraseando SAVIANI (2011), o trabalho “não-material”, que produz ideias, conceitos, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, executado pelo/pela professor/a, está precarizado. Para BRITO (2019), essa precarização também envolve os efeitos da reestruturação produtiva, aumentando o processo de controle e vigilância sobre o trabalho, de forma subjetiva, materializada pelo estresse do trabalho estendido e desvalorizado, gerando desequilíbrios psíquicos, sofrimentos e adoecimentos.

O/A professor/a ainda se vê obrigado a realizar variadas funções e responder a exigências que estão além de sua formação, conforme aponta a pesquisa de OLIVEIRA (2004). Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização e de perda de identidade profissional. É o processo de proletarização da carreira docente, como afirma ENGUITA (1991). MORAES, SOUZA e SANTOS (2018) investigaram a intensificação da precarização do trabalho dos/as professores/as de escolas públicas do Rio de Janeiro, chegando a uma conclusão alarmante. Segundo os autores a precarização do trabalho docente se dá por meio de algumas condições como: ambientes inadequados; falta de material para desenvolver as atividades docentes; e intensificação do trabalho, com horários que extrapolam o expediente e invadem o tempo que deveria ser reservado ao descanso e lazer, produzindo jornadas ampliadas, desgaste emocional e sobreposição de funções, elementos característicos das formas híbridas de precarização. ANTUNES (2002) sinalizou algumas pistas quando trata sobre as metamorfoses do mundo trabalho e as variantes desse universo. Já AVILA (2024) numa ampliação da análise desses mecanismos que precarizam o trabalho dos docentes, encontrou na bonificação uma forma utilizada pelos gestores públicos para controlar o desempenho do docente vinculando à metas de aprovação ou, para substituir o Plano de Cargos, Carreira e Salários e/ou para complementar o Piso Nacional do Magistério.

Ao examinarmos a evolução histórica do trabalho docente, percebemos que a constituição dessa profissão se tornou majoritariamente composta por mulheres, num processo de feminização do magistério que não representa apenas uma alteração quantitativa da composição da categoria docente, mas constitui um elemento estrutural

da desvalorização histórica da profissão. Ao associar a docência às supostas disposições naturais femininas como o trabalho do cuidado, paciência, afetividade e vocação, consolidou-se uma compreensão social que minimiza o caráter técnico, intelectual e político do trabalho docente, contribuindo para o rebaixamento salarial e para a naturalização da precarização. De maneira singular, consideramos a presença do gênero feminino na carreira docente como um fator de acirramento do processo de precarização da carreira.

Nesta pesquisa, referimo-nos a uma nova forma de fragilização do trabalho que mistura elementos clássicos de exploração como salário, jornada, vínculos frágeis e novas formas subjetivas e institucionais de controle. Uma destas já fora avaliada por BALL (2002) como uma tecnologia de responsabilização individual – a performatividade. O pós pandemia da COVID 19 contribuiu com a introdução de tecnologias educacionais e com a intensificação do processo de gestão por resultados. Outro elemento que utilizamos neste artigo para ilustrar que o processo de precarização híbrida está presente na carreira docente, tem relação com o processo de uberização/plataformização do mundo do trabalho. Defendemos que ele se torna visível na docência pelo intensivo uso de aplicativos e telefones móveis para organizar o trabalho quando pela impressão de provas, pelo controle de chamadas, na organização de reuniões bem como, no monitoramento de desempenho para eventuais bonificações.

A precarização dos contratos de trabalho dos professores pode ser evidenciada na Pesquisa TALIS sobre Ensino e Aprendizagem (2024), onde observamos que 36,5% dos docentes brasileiros dos anos finais do ensino fundamental e, 31,9% dos anos iniciais possuem contratos por tempo determinado, um percentual que é quase o dobro da média de 19,3% registrada nos países da OCDE. Essa condição de trabalho temporário aponta para uma vulnerabilidade significativa no mercado de trabalho docente, uma parcela significativa dos profissionais não possui segurança de emprego a longo prazo, comprometendo a continuidade pedagógica e a construção de vínculos com a comunidade escolar.

No que diz respeito à carga horária, o Brasil apresenta um cenário de extrema precarização, com 73,7% dos professores trabalhando em regime de tempo parcial, sendo que 17,5% trabalham em tempo parcial involuntariamente. Outro sinal da

precarização foi sinalizado pela Pesquisa da Fundação Carlos Chagas que apresenta a situação de trabalho do/a professor/a em mais de uma escola. Enquanto os países pesquisados possuem 5% de professores nesta situação, o Brasil apresenta uma porcentagem quatro vezes maior. É preciso olhar para o trabalho em múltiplas escolas porque ele afeta o bem-estar e a saúde dos docentes. Há evidências na literatura, de que professores que acumulam jornadas extensas em mais de uma escola têm maiores chances de se ausentar devido a problemas de saúde.

Essas análises revelam que o trabalho docente não é apenas precarizado, mas também antecipa e sintetiza tendências híbridas de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Isso porque a docência passa a concentrar, simultaneamente, formas objetivas e subjetivas de exploração: baixos salários, intensificação da jornada, flexibilização das relações de trabalho e instabilidade profissional articulam-se à responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso escolar, ao desgaste emocional, à captura do tempo privado e à naturalização do adoecimento físico e mental. A precarização, portanto, ultrapassa a dimensão econômica e alcança também os campos simbólico, emocional e identitário da profissão docente.

Considerações Finais

As análises desenvolvidas nesta pesquisa evidenciam a necessidade de compreender o trabalho docente sob uma perspectiva de classe capaz de interpretar as transformações contemporâneas do mundo do trabalho e seus impactos sobre a docência. Contudo, em diálogo com HYPOLITO (2020), torna-se indispensável que essa análise considere também as relações de gênero que atravessam historicamente a profissão docente, marcada pela feminização do magistério e pela naturalização de práticas associadas ao cuidado, à dedicação e à vocação feminina. Nesse sentido, a precarização do trabalho docente não pode ser entendida apenas como perda de direitos ou flexibilização contratual, mas como um fenômeno mais amplo e complexo, que articula dimensões materiais, subjetivas, emocionais e simbólicas, configurando aquilo que denominamos neste estudo de precarização híbrida.

Defendemos, portanto, que a precarização híbrida do trabalho docente constitui uma expressão das novas formas de exploração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo. Trata-se de um processo que ultrapassa a dimensão econômica e incorpora mecanismos de controle, responsabilização individual, intensificação da jornada, captura do tempo privado e gestão subjetiva dos/as trabalhadores/as. Além disso, a feminização histórica do magistério contribui para aprofundar e naturalizar essas formas de exploração, uma vez que atributos socialmente associados às mulheres como cuidado e vocação continuam sendo mobilizados para justificar baixos salários, sobrecarga de funções e invisibilização das condições concretas do exercício da profissão.

Dessa forma, o trabalho docente torna-se um espaço privilegiado para compreender como o capitalismo contemporâneo reorganiza a exploração da força de trabalho, especialmente em profissões marcadas pela centralidade das dimensões emocionais e relacionais do trabalho. Compreender a precarização híbrida da docência significa reconhecer que a valorização do magistério e a defesa revolucionária da educação pública ultrapassam o campo estritamente educacional, constituindo-se como parte da luta mais ampla pela garantia de direitos sociais, pela dignidade do trabalho e pela resistência às múltiplas formas de exploração presentes no mundo do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª edição. 2002.

AVILA, Clarice de Freitas Silva. **O bônus que precariza:** a desvalorização do trabalho docente no arranjo federativo. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural. Seropédica. 2024.

BALL, Stephen J. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade.** Revista Portuguesa de Educação, 2002, pp.03-2BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/115388.htm. Acesso em: 10 de maio de 2026.

CASTRO, Rakel de; NASCIMENTO, José Shirley Pessoa do; SANTOS, Francisca Izabel A. dos. **Reforma da previdência e trabalhista no Brasil: a democracia midiaticizada no pós-impeachment de 2016**. *Estudos em Comunicação*, Covilhã, n. 26, v. 2, p. 273-287, maio 2018.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A ambiguidade da docência**: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, p.41-61, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. 4 ed. rev. São Paulo: Global, 2008. Apresentação de Marco Antonio Villa.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Nota Técnica nº 08/2024**: Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil .São Paulo: Acesso em: 10 de maio de 2026

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. 2. ed. [E-book]. – São Leopoldo: Oikos, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados brasileiros da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem - TALIS 2024**. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: site do Inep. Acesso em: 11 de maio de 2025.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva**: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FIGUEIRAS, Vitor Araújo (orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

PEREIRA, Luiz. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; ARAÚJO, José Newton Garcia de. **Fundamentos da contrarreforma trabalhista do governo Temer e suas repercussões para a classe trabalhadora**. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 34, 2022.